

## O PAPADO

### VISÃO PANORÂMICA DA SUA HISTÓRIA E DA SUA NATUREZA

A igreja papal, magnífico e rico poder eclesiástico e político esplendidamente instalado, com seu quartel-general em Roma, ergue-se em vivo contraste com o que começou no século primeiro com alguns pastores ministrando a pequenas congregações. As diferenças são impressionantes. As primeiras igrejas locais, sob seus pastores, observavam a autoridade da Palavra recebida nas narrativas da vida do Senhor nos Evangelhos e nos escritos dos apóstolos, juntamente com o Velho Testamento. Aqueles pastores e igrejas tinham uma fé viva e verdadeira na graça de Deus mediante o evangelho. Com base na carta de Paulo aos romanos, vê-se que o evangelho era zelosamente guardado naquelas congregações romanas primitivas. No início dessa carta o apóstolo recomenda os crentes da cidade de Roma por sua fé: “Primeiramente dou graças ao meu Deus por Jesus Cristo, acerca de vós todos, porque em todo o mundo é anunciada a vossa fé, porque Deus, a quem sirvo em meu espírito, no evangelho de seu Filho, me é testemunha...”. Tais palavras de aprovação eram infreqüentes no apóstolo Paulo. A fé das igrejas de Roma continuou a ser conhecida e vivida fielmente por mais duzentos e cinquenta anos, nas mais adversas situações, inclusive perseguições de extremo rigor, sendo a mais famosa a que teve lugar sob o imperador Nero em 64 a.D. Totalmente inimaginável para aqueles crentes primitivos da cidade de Roma seria o atual conceito de “santíssimo Pontífice Romano”. Igualmente impensável seria a crença em que os rituais podem conferir a graça do Espírito Santo, e em que a Maria, mãe do Senhor Jesus, se pode dirigir em oração como “Maria Santíssima”. Na comunhão dos crentes, um completo e forte sistema hierárquico, do leigo ao sacerdote, do sacerdote ao bispo, do bispo ao cardeal, e do cardeal ao papa, seria totalmente detestável como procedente do mundo, e não de Cristo, que disse: “Um só é o vosso Mestre, a saber, o Cristo, e todos vós sois irmãos”. A propagação da fé cristã durante os três primeiros séculos foi extensa e rápida. Na providência de Deus, as principais razões para isso foram a fidelidade e o zelo dos pregadores do evangelho, a heróica morte dos mártires e a tradução das Escrituras para línguas do mundo romano. Sob o imperador Septímio Severo (193-211) os cristãos sofreram pavorosamente. A perseguição mais dura foi sob o imperador Diocleciano e seu co-regente Galério, durante os anos 303-311. O historiador Philip Schaff afirma que “todos os exemplares tinham que ser queimados; todos os cristãos tinham que ser privados de cargos públicos e dos direitos civis; e, por último, todos, sem exceção, tinham que sacrificar aos deuses, sob pena de morte”. Contudo, longe de exterminar os cristãos e o evangelho, a perseguição purificou os que o pregavam e aumentou a sua capacidade de apresentar a mensagem do evangelho.

A perseguição dos cristãos terminou em 313 a.D., quando os imperadores Constantino, no Ocidente, e Licínio, no Oriente, proclamaram o Edito de Milão. Esse decreto estabeleceu a política de liberdade religiosa para o paganismo e para o cristianismo. Quatro vice-prefeitos governavam o Império Romano, subordinados a Constantino. Por conseguinte, sob sua autoridade, o mundo devia ser governado de quatro grandes cidades: Antioquia, Alexandria, Jerusalém e Roma. Sobre cada uma dessas cidades era estabelecido um patriarca, que governava todos os anciãos ou presbíteros do seu domínio. (Mais tarde, este viria a chamar-se diocese.) A idéia e o propósito de

Constantino eram que as igrejas cristãs fossem organizadas de um modo semelhante ao governo do império.

O respeito gozado pelos diversos presbíteros cristãos geralmente era proporcional ao status da cidade em que residiam. Naquele tempo Roma era a Cidade mais poderosa do mundo, a cidade principal do império. Desde que Roma era a cidade de maior prestígio, isso deu azo ao argumento antibíblico de que o bispo mais proeminente e mais influente deveria ser o de Roma. Gradualmente a honra e o respeito votados ao bispo de Roma cresceram, e, por sua vez, os bispos de Roma desejavam ser lisonjeados pelos bispos das outras cidades. Era tal o declínio da igreja que, com o passar do terceiro e do quarto séculos, os bispos de Roma começaram a exigir reconhecimento pela exaltada posição que agora achavam que possuíam.

### **Ascensão gradual da Roma papal**

Nos séculos quarto e quinto, quando o verdadeiro evangelho se havia diluído, seu lugar foi tomado pelo ritualismo e pelo cerimonial. O verdadeiro serviço de Deus e a convicção interior do Espírito Santo deram lugar a ritos formais e à idolatria. Práticas pagãs também foram introduzidas, com uma leve demão de cal de uma forma externa do cristianismo. Desde o princípio, o evangelho produziu uma unidade interna entre os crentes, mas, com a substituição do evangelho pelo ritualismo, passou a haver insistência numa unidade externa, visível, da igreja. Como o historiador D' Aubigné relata,

“Diversas circunstâncias contribuíram em breve para originar e desenvolver a idéia de uma unidade exterior. Certos homens acostumados com os laços e formas políticas de países terrestres, transportaram para o reino espiritual e eterno de Jesus Cristo alguns dos seus conceitos e dos seus costumes... . A aparência de uma organização idêntica e exterior substituiu aos poucos a unidade interna e espiritual que constitui a essência da religião genuína. Foi posto de lado o precioso perfume da fé, e então os homens passaram a prostrar-se diante do frasco vazio que o contivera. Já não era a fé presente no coração que unia os membros da igreja; procuraram outro vínculo, e eles agora se uniam por meio de bispos, arcebispos, papas, mitras, cerimônias e cânones. Tendo-se ocultado gradualmente a igreja viva no santuário oculto de algumas almas solitárias, a igreja exterior foi posta em seu lugar, e foi declarada de instituição divina, com todos os seus ritos e cerimônias.... Tão logo o erro quanto à necessidade de uma unidade visível da igreja foi estabelecido, viu-se um novo erro surgir – qual seja, o da necessidade de um representante exterior dessa unidade”.

A distinção clero-leigos da igreja tornou-se a base aceita. Isso veio a desenvolver-se, chegando a uma hierarquia do clero dominante. Nos fins do século quinto, um sacerdócio oficiante de sacrifícios, no qual o sacerdote alegava que servia de intermediário entre Deus e os homens, tinha tomado o lugar dos primeiros ministros do evangelho, os quais ensinavam as Escrituras. A igreja deixou de ser a comunhão dos crentes sob Cristo Jesus, unidos pelo evangelho, um verdadeiro serviço a Deus, e habitação de Deus, para ser, antes, uma instituição dominada por uma hierarquia de bispos e presbíteros. Nesse tempo também o bispo de Roma, Leão (440-461) arrogou-se a posição de soberano sobre o cristianismo ocidental. O historiador LeRoy Edwin Froom explica a transferência de poder

que ocorreu quando o bispo de Roma se agarrou ao título de governante supremo.

“...Leão começou a sentir que tinha chegado a hora de materializar as alegações de Agostinho concernentes ao reino milenar e temporal de Cristo, e de, com seus poderes expressamente assumidos de ligar e desligar, declarar abertamente o seu direito ao trono vago como a sede própria para o reino universal de Cristo. Dessa maneira, a igreja romana forçou o caminho para tomar seu lugar no império ocidental, do qual é “a real continuação”. Por conseguinte, o império não pereceu; só mudou sua forma. O papa se tornou o sucessor de César. Esse foi um largo passo para a frente”.

### **O bispo de Roma torna-se papa**

A remoção da sede do império de Roma para Constantinopla em 330 a.D. fortaleceu maravilhosamente o poder do bispo de Roma. A disputa eclesiástica que vinha sendo travada por algum tempo entre Antioquia, Alexandria, Jerusalém e Roma, quanto a qual era a maior, ficou então confinada à diocese de Roma e o novo contendor, Constantinopla.

As invasões do Império Romano Ocidental pelos bárbaros ajudou imensuravelmente a edificar a estrutura geral da Roma papal. Os dez reinos bárbaros que constituíam uma séria ameaça eram os reinos dos alamanos, dos francos, dos visigodos, dos borgúndios, dos suevos ou suábios, dos anglo-saxões, dos hérulos, dos vândalos e dos ostrogodos. O imperador de Roma vivia agora em Constantinopla; contudo, seus exércitos desarraigaram e destruíram os vândalos e os hérulos, enquanto simultaneamente combatiam os ostrogodos, que mantinham seu assédio a Roma.

Clóvis, rei dos francos, foi o primeiro príncipe bárbaro a aceitar a fé proposta pela igreja de Roma. Em cumprimento de um voto que ele tinha feito no campo de batalha quando derrotou os alamanos, Clóvis foi batizado em 496 a.D. na catedral de Rheims. O bispo de Roma deu-lhe o título de “o filho mais velho da igreja”. Depois, no século sexto, seguiram-se logo os borgúndios da Gália Meridional, os visigodos da Espanha, os suevos de Portugal e os anglo-saxões da Grã-Bretanha na adesão à religião do bispo de Roma. Esses reis bárbaros e seus povos aceitaram com muita facilidade a fé da igreja de Roma, fé que, por lhe faltar o evangelho, não era muito diferente da forma e substância do próprio culto pagão deles. Todas essas conversões propiciaram progresso ao poder do bispo romano. Ocorreu também que essas nações bárbaras aceitaram mais facilmente a religião de Roma porque essa cidade tinha sido tradicionalmente a sede da autoridade dos cézares como senhores do mundo. Os bispos de Roma agora desempenhavam o seu papel como herdeiros legítimos dos cézares. A cidade que tinha sido a sede do poder do império veio a ser o lugar próprio para o bispo exercer a sua autoridade.

O imperador Justiniano foi quem, mais do que qualquer outro, estabeleceu a supremacia do bispo de Roma. Ele o fez de maneira legal e formal, chegando mesmo a colocar as coisas religiosas sob o controle da lei civil. Fromm diz em sumário:

“Justiniano I (527-565) [foi o] maior de todos os governantes do Império Romano Oriental... [Sua] grande realização foi a regulamentação das questões eclesiásticas e

teológicas, realização coroada pela Carta Decretal imperial que estabeleceu nas igrejas o bispo de Roma como o ‘Chefe de todas as santas igrejas’, lançando assim o fundamento legal para a supremacia eclesiástica papal”.

O código oficial de direito civil de Justiniano seria imposto civilmente ao Império Romano, em toda a sua extensão, se bem que isso não foi feito de imediato.

“Daí, de acordo com as provisões destes concílios, ordenamos que o Santíssimo Papa da antiga Roma tenha a posição principal dentre todos os pontífices, mas o Bem-aventurado Arcebispo de Constantinopla, ou Nova Roma, ocupe o segundo lugar, em seguida à Santa Sé Apostólica da antiga Roma, a qual terá precedência sobre todas as demais sés.’... Dessa forma, a supremacia do papa sobre todos os cristãos recebeu a mais completa sanção que poderia ser dada pelo senhor secular do mundo romano. É, pois, a partir desse tempo que se deve datar o reconhecimento secular das reivindicações do primado eclesiástico por parte do papado, o que veio a se tornar efetivo em geral em 538, pela libertação de Roma do assédio ostrogótico.”

O decreto de Justiniano não criou o ofício do papa, mas estabeleceu um fundamento legal para o progresso do poder de governo dos bispos de Roma. O imperador tinha os seus propósitos:

“Justiniano melhorou a vantagem obtida por sua reconquista da Itália com o fim de efetuar o seu propósito de *uma conformidade universal em questões religiosas* que excluísse a heresia e o cisma, bem como fortalecesse a sua autoridade sobre os reinos ocidentais. Seu objetivo era assegurar uma unidade da igreja que abrangesse tanto o Oriente como o Ocidente. Ele considerou que não havia meio mais seguro de reduzi-los todos a uma só religião do que pelo aumento da autoridade da Roma eclesiástica, e pelo reconhecimento do chefe dessa igreja como o promotor da unidade entre eles, cujo dever seria intimidar a consciência do homem com os anátemas da igreja, e impor a execução das duras penas da lei. Desde aproximadamente 539, o soberano pontífice e os patriarcas começaram a ter um corpo de oficiais para a imposição dos seus decretos, quando penalidades civis começaram a ser infligidas por seus próprios tribunais”.

Para suavizar a morte do poder imperial, a unidade eclesiástica deveria ser imposta mediante coerção, se necessário, não sendo essa nem a primeira nem a última vez que a religião foi utilizada para dar apoio a posições políticas. Sendo proclamado chefe da igreja do império, a função coube ao bispo de Roma. O título de “papa” começou a mostrar-se pertinente ao que tinha assento como “bispo de Roma”, que agora estava livre para fazer uso da espada civil da coerção, a ele dada pelo decreto de Justiniano. Anteriormente, a unidade eclesiástica vinha pela persuasão moral do evangelho e das Escrituras, unicamente, com vistas à salvação de indivíduos que viriam a ser sal e luz para as suas sociedades civis. Mas essas idéias e esses métodos antibíblicos, tão ansiosamente procurados pelos bispos de Roma e por eles recebidos, dificilmente poderiam produzir outra coisa que não corrupção mundana. Não é surpresa, então, que logo o bispo de Roma desejasse reinar como rei, com pompa mundana e com poder mundano. Justamente aquilo contra o que o Senhor tinha advertido os Seus discípulos. “*E ele lhes disse: Os reis dos gentios dominam sobre eles... Mas não sereis vós assim...*”. O império continuou a

fracionar-se. O imperador Focas reinou em Constantinopla de 602 a 610 a.D. Bonifácio III, que se tornou papa em 607, já o conhecia, pois tinha sido núncio junto ao imperador Focas antes de se tornar papa. Bonifácio mostrou grande habilidade ao obter maior reconhecimento oficial por parte do imperador.

“Ele [Bonifácio] procurou conseguir, e conseguiu, um decreto de Focas que ratificou a declaração de que ‘a Sé de São Pedro, o apóstolo, deveria constituir a chefia de todas as igrejas’. Isso garantiu que o título de ‘Bispo Universal’ pertencesse exclusivamente ao bispo de Roma, e efetivamente pôs fim à tentativa de Ciríaco, bispo de Constantinopla, de estabelecer-se como ‘Bispo Universal’”.

O papa Bonifácio firmou-se astutamente em duas medidas para assegurar a hegemonia papal na esfera eclesiástica do decadente império. Primeiro, ele fez excelente uso da conjectura de que Pedro foi o primeiro bispo de Roma. Segundo, sua aquisição do título de “Bispo Universal”, a ele concedido pelo imperador Focas, outorgou-lhe domínio e poder para reinar com supremacia eclesiástica desde a cidade central de Roma até aos extremos confins do império. Esse estratagema duplo tem permanecido vigente através de toda a história.

### **Documentos fraudulentos e a ascensão do papado como poder temporal**

Só em meados do século oitavo foi feita a grotesca reivindicação de que o imperador Constantino tinha transferido seu poder, sua autoridade e seu palácio ao bispo de Roma. A fraudulenta declaração, *Doação de Constantino*, foi feita com o propósito de funcionar como o documento legal no qual o imperador Constantino teria dado a Silvestre, bispo de Roma (314-335), grande parte da sua propriedade e o teria investido de grande poder espiritual. A enormidade e o esplendor do legado pretensamente concedido por Constantino a Silvestre nesse documento espúrio vê-se na seguinte citação do manuscrito:

“Atribuímos à Sé de Pedro toda a dignidade, toda a glória, toda a autoridade do poder imperial. Além disso, damos a Silvestre e a seus sucessores o nosso palácio de Latrão, que é incontestavelmente o mais belo palácio da terra; damos-lhe a nossa coroa, a nossa mitra, o nosso diadema, e todas as nossas vestes imperiais; transferimos a ele a dignidade imperial. Outorgamos ao santo Pontífice como dádiva, de graça, a cidade de Roma e todas as cidades ocidentais da Itália. Para ceder-lhe a precedência, despojamo-nos da nossa autoridade sobre todas essas províncias, e nos retiramos de Roma, transferindo para Bizâncio a sede do nosso império; fazemos isso considerando que não é próprio que um imperador terreno preserve autoridade, por menor que seja, onde Deus estabeleceu a chefia da Sua religião”.

É bem provável que o documento “Doação de Constantino” tenha sido forjado um pouco antes de 754 a.D. Dele diz o historiador Wylie: “Nele Constantino é forçado a falar no latim do século oitavo, e a dirigir-se ao bispo Silvestre chamando-lhe ‘Príncipe dos Apóstolos, Vigário de Cristo’. Durante mais de 600 anos Roma citou solenemente esse ato de doação, inseriu-o em seus códigos, não permitiu que ninguém questionasse sua genuinidade, e queimou aqueles que se recusaram a acreditar nele. O primeiro raiar de luz no século dezesseis foi suficiente para revelar a fraude”.

Foi também no século oitavo que o poder temporal caiu nas garras do papado. Os reis da Lombardia, outrora bárbaros e agora crentes na heresia ariana, intentaram conquistar toda a Itália, ameaçando até a própria Roma. Ao mesmo tempo, os muçulmanos, que dominaram a África, conquistaram parte da Espanha e também estavam pondo Roma em perigo. O papa Estêvão II pediu socorro à França. Ele recorreu a Pepino, o Breve. Pepino, filho de Charles Martel (Carlos Martelo) e pai de Carlos Magno, era o administrador mor das terras e do exército do rei. Pepino tinha acabado de usurpar o trono de Childerico e precisava da aprovação da sua nova posição. Por isso cruzou os Alpes com um exército e pôde derrotar os lombardos. As cidades conquistadas ele cedeu ao papa, para posse deste. Assim, em 755 a.D., Pepino, o Breve, consubstanciou o poder temporal dos papas, e obteve aprovação para si próprio.

Carlos Magno, filho de Pepino, continuou a fortalecer o poder do papa. Os lombardos estavam de novo prestes a sitiarem Roma. O papa novamente recorreu à França, e, desta vez, pediu socorro a Carlos Magno. Ele atendeu ao chamado e derrotou os lombardos. Ele confirmou cidades e terras dadas por seu pai, Pepino, à igreja de Roma, e acrescentou outras. Posteriormente, na véspera do Natal de 800, Carlos Magno, na qualidade de senhor de quase todas as nações romano-germânicas, ajoelhou-se diante do papa Leão III. O papa pôs em sua cabeça a coroa do Império Ocidental. Esse ato exibiu o poder de barganha do papa. Em 538 o imperador Justiniano tinha dado ao bispo de Roma o título de Pontífice Máximo. Duzentos e sessenta anos mais tarde, era o papa que estava coroando um imperador.

O fraudulento documento “Doação de Constantino”, após menos de cinquenta anos de sua existência, já se estava evidenciando um dentre diversos instrumentos muito úteis. Em 865 o papa Nicolau I obteve dessa e de outras falsificações um meio de exigir a submissão de bispos e de príncipes, e de acumular tremendas riquezas para o papado. A arrogância dos papas cresceu desse tempo em diante, como igualmente cresceu o seu tesouro. Os papas se embriagaram do seu próprio orgulho, alguns na adolescência ou jovens de vinte a trinta anos de idade, e perdiam o juízo, dando-se a práticas nefandas. Mulheres infames da história, Teodora e Marozia, durante muitos anos governaram o trono papal. Instalavam e depunham como queriam os seus amantes, os seus filhos e os seus netos como mestres e senhores da igreja, assim chamados. Essa não santa sé, que pretendia subir acima da majestade dos reis e dos príncipes, desceu até às escórias do pecado. Durante dois séculos o papado foi uma selvagem arena de desordem e violência, quando as famílias mais poderosas da Itália disputavam pela posse dele. Como narra Wylie:

“O candidato suficientemente rico ou suficientemente poderoso para aparecer às portas de Roma com um exército era invariavelmente coroado imperador do Vaticano.... Os papas não perturbavam o mundo com nenhuma declaração formal dos seus princípios do alto da sua supremacia; contentavam-se em encarná-los em atos. Eram bastante prudentes para saber que o meio mais rápido de obter o reconhecimento de uma verdade teórica por parte do mundo é familiarizá-lo com as suas aplicações práticas – pedir a aprovação dela, não como teoria, mas como um fato. Dessa forma, os papas, por um atrevido curso de destros manobras e de audaz mas vitoriosa agressão, labutaram para tecer a doutrina da supremacia, fazendo desta a política geral da Europa”.

## **Luxúrias da mente seguidas de assassinato e tortura**

O ano de 1073 foi um marco divisório dos séculos de sórdida imoralidade. Uma rigorosa disciplina veio a ser agora a norma do papado. Indo acima e além das luxúrias da carne, as luxúrias da mente continuaram a apegar-se ao domínio total, eclesiástico e temporal. Nessa época a linhagem de Carlos Magno se enfraquecera demais para poder pôr em cheque as ambições papais, e o papa Gregório VII (também conhecido como Hildebrando) era mais ambicioso do que todos os que o precederam. Ele se convenceu de que o reino do papa era de fato o reino de Deus na terra, e estava determinado a sujeitar materialmente toda a autoridade e poder, tanto espiritual como temporal, à “cátedra de Pedro”.

Foi Gregório VII que anteviu o que haveria de ser a imensa estrutura do papado. Sua meta era tornar-se o supremo governante e juiz de todos os líderes da igreja e do estado. Wylie resume:

“Gregório reacendeu, com todo o ardor e veemência que o caracterizavam, a guerra entre o trono e a mitra. O objetivo visado por Gregório VII era duplo: 1. Tornar a eleição para a cátedra pontifical independente dos imperadores; e, 2. Reassumir o império como um feudo da igreja e estabelecer o seu domínio sobre os reis e os reinos da terra. Seu primeiro passo para a concretização desse imenso propósito foi... decretar o celibato clerical. O segundo foi proibir todos os eclesiásticos de receberem investidura pelas mãos do poder secular”.

Gregório VII defendia a idéia de que o papa é o vigário de Cristo. Esta supremacia, que ele reclamava por direito divino, exigia firme domínio sobre imperadores e reis.

“A queda do império contribuiu muito substancialmente para a elevação do bispo de Roma; pois, *primeiro*, tirou os césores do caminho... Segundo, compeliu os bispos de Roma, agora privados da influência imperial que até aqui os ajudara tão poderosamente em suas lutas pelo predomínio [eclesiástico], a recuar para outro elemento... que constitui a essência mesma do papado e no qual se funda a complexa textura da dominação espiritual e temporal dos papas... [a idéia de que] o bispo de Roma é o sucessor de Pedro, o príncipe dos apóstolos, e, em virtude de ser isso, é o vigário de Cristo na terra”.

Fazia algum tempo que essa idéia vinha circulando. “O primado tinha sido promulgado por decretos sinodais e ratificado por editos imperiais, e os pontífices perceberam que o que os sínodos e os imperadores tinham dado, os sínodos e os imperadores poderiam tirar. Portanto, as determinações destes e daqueles foram descartadas, e em seu lugar foi colocado o direito divino, como a única base de poder que, nem o passar dos anos nem a mudança das circunstâncias poderiam destruir. Daí por diante Roma foi indestrutível.” Contudo, a supremacia material dessa idéia não foi conquistada num dia. Mas foi a astuta compreensão que Gregório teve da idéia e sua esmagadora ambição, a par com a enorme riqueza que nesse tempo a Igreja Católica Romana possuía, que tornou possível a sua implementação. Essas espertas determinações começaram a dar fruto já no próprio governo de Gregório, de 1073-1085.

Os pontífices que o sucederam desenvolveram as estruturas que ele tinha estabelecido. Continuaram os projetos dele e, empregando engano, cruzadas e interditos, lutaram para colocar o mundo sob a suserania papal. Por dois séculos, desde o tempo do reinado de Gregório VII, o papado aumentou em poder e glória, sempre à custa de milhares de vidas destruídas, muitos reis e príncipes depostos, numerosas cidades arruinadas e incontáveis propriedades domiciliares e fazendas completamente devastadas, tudo em nome da religião de Roma.

Os papas Inocêncio III (1198-1216) e Bonifácio VIII (1294-1303) deram os toques finais ao triunfo papal do poder espiritual e temporal. O papa Inocêncio III proclamou uma cruzada contra os albigenses e ofereceu a todos os que se engajassem nela o perdão de todos os pecados, para irem para o céu sem passarem pelo purgatório. Essa guerra foi perpetrada com inimaginável crueldade. Cidades e vilas completas foram indiscriminadamente dizimadas, numa verdadeira carnificina. Milhares de outras pessoas foram amarradas a estacas e queimadas vivas, enquanto que outras foram submetidas a horrendas torturas. A história desses horríveis feitos de crueldade e de assassinato firma-se em numerosos relatos. O papa Bonifácio VIII “era obstinado, ambicioso, inteligente, vaidoso e inescrupuloso. Ele cria profundamente que o papa era literalmente o vigário de Cristo na terra e que tinha poderes extraordinários. Quem quer que se opusesse a ele se oporia a Deus e, portanto, só podia ser ímpio”. Ele é muito famoso por uma declaração que fez em sua bula papal *Unam Sanctam*: “Declaramos, dizemos, definimos, e proclamamos a toda criatura humana que por necessidade, para salvação, estão sujeitos ao pontífice romano”. Setenta e cinco papas, um após outro, do papa Inocêncio III ao papa Pio VII, aprovaram a tortura, o assassinato e a queima na estaca, e ainda a confiscação da propriedade dos crentes, nos horríveis séculos da Inquisição. Muitos desses mortos eram fiéis crentes na Bíblia.

### **Mais de 600 anos de inquisição papal**

Inquisição é um termo que historicamente se aplica especificamente ao tempo em que os papas de Roma tomavam a iniciativa de tentar ferretar pela tortura, pela prisão e pela morte o que eles chamavam “heresia”. Antes de os papas começarem a decretar tais torturas e mortes, um tipo de perseguição que envolvia encarceramento e confiscação de bens imóveis era praticado nos níveis paroquial e diocesano da Igreja Católica Romana. As profecias das Escrituras tinham predito o que realmente aconteceu, “*E foi-lhe permitido fazer guerra aos santos, e vencê-los*”. Esse texto foi cumprido nas guerras movidas contra os waldenses, contra os albigenses e contra todos os outros seguidores do Senhor no tempo das perseguições papais. Essa profecia é igual à que se encontra no Livro de Daniel: “*esta ponta fazia guerra contra os santos, e os vencia*”.

Durante a Inquisição “a mais medonha abominação foi o sistema de tortura. As narrativas do sangue frio com que a praticavam fazem a gente estremecer ante a capacidade que os seres humanos têm para a crueldade. E esse sistema foi decretado e regulamentado pelos papas, que têm a pretensão de representar Cristo na terra. Em 1252 o papa Inocêncio IV o autorizou solenemente. Decretos que o ratificavam e que estabeleciam regras a seu respeito foram promulgados por Alexandre IV, Clemente IV, Urbano IV e Clemente V”. O papado ficara embriagado “*do sangue dos santos, e do*

*sangue das testemunhas de Jesus*”. Nenhum outro reino ou poder da terra jamais bebeu tanto desse sangue como a Roma papal. Os fatos são inegáveis.

“Desde o nascimento do papado, em 600, até os dias atuais, historiadores cuidadosos e confiáveis estimam que mais de CINQUENTA MILHÕES de membros da família humana foram massacrados pelo crime de heresia pelos perseguidores papistas, uma média de quarenta mil assassinatos religiosos para cada ano da existência do papado.” As câmaras de tortura da Inquisição, que duraram mais de 600 anos, estavam espalhadas por todas as nações controladas por Roma. Os instrumentos de tortura eram horrendos. Se você é sensível, ore a Deus pedindo coragem para ler algo sobre elas na narrativa feita por Wylie:

“Entramos na câmara, onde a visão de mais coisas terríveis se defrontaria com o nosso espantado olhar. Por todos os lados estavam pendurados instrumentos de tortura, tão numerosos que levaria um bom tempo para mencioná-los, e tão diversificados que levaria mais tempo ainda para descrevê-los. Tivemos que tomá-los por grupos, pois era inútil pensar em passá-los um por um e em particularizar a maneira de fazer funcionar cada um e o engenho e arte com que todos eles foram adaptados à sua horrível finalidade. Havia instrumentos para compressão dos dedos que os apertavam até parti-los em estilhaços. Havia instrumentos usados para penetrar por baixo das unhas até fazer com que uma dor extraordinária, como fogo ardente, percorresse toda a extensão dos nervos. Havia instrumentos para arrancar a língua, para vazar os olhos, para escavar e extrair as orelhas. Havia feixes de cordões de aço, com círculos dentados na ponta de cada açoite, para cortarem a carne das costas até se verem puros ossos e músculos. Havia caixas de ferro para as pernas, as quais eram apertadas na peça colocada nelas por meio de tarraxas, até a carne e os ossos ficarem reduzidos a uma geléia. Havia peças como bases de berços, cheias de espetos agudos, nas quais as vítimas eram postas deitadas e eram roladas para lá e para cá, o infeliz ocupante sendo perfurado a cada movimento da máquina coberta de pontas. Havia enormes conchas, com cabos compridos, para chumbo derretido ou piche fervente, para ser despejado pela garganta da vítima adentro, transformando seu corpo num caldeirão abrasador. Havia estruturas nas quais havia buracos para a colocação das mãos e dos pés, idealizadas de tal maneira que a pessoa colocada nelas tinha seu corpo inclinado em posições antinaturais e penosas, e a agonia aumentava cada vez mais, momento a momento, e, contudo, o homem não morria. Havia cestas cheias de instrumentos pequenos, mas engenhosamente construídos, para beliscar, penetrar ou cortar as partes mais sensíveis do corpo, mantendo constantemente a dor até chegar ao ponto de esvair-se a razão ou a vida. No piso e nas paredes do recinto estavam os instrumentos maiores para a mesma horrorosa finalidade – instrumentos que dilaceravam, mutilavam e deixavam agonizantes homens vivos; mas estes nós vamos ver noutras prisões que ainda vamos visitar”.

### **Acusação contra a Inquisição**

O melhor resumo descritivo da Inquisição estabelecida pelo papado é a do renomado historiador católico-romano, lorde Acton. Ele declara:

“A Inquisição é peculiarmente arma e peculiarmente obra dos papas. Ela sobressai dentre

todas as coisas nas quais eles cooperaram ou as quais seguiram ou com as quais assentiram como o traço distintivo da Roma papal.. Ela foi estabelecida, renovada e aperfeiçoada por uma série de leis emanadas da suprema autoridade da igreja. Nenhuma outra instituição, nenhuma doutrina, nenhuma cerimônia é tão distintivamente criação individual do papado, exceto o poder de dispensa. É a coisa principal com a qual se identifica o papado e pela qual ele deve ser julgado. O princípio da Inquisição é o poder soberano do papa sobre a vida e a morte. Quem quer que lhe desobedeça deve ser julgado, torturado e morto queimado. Se não se puder fazer isso, as formalidades poderão ser dispensadas e o réu poderá ser morto como qualquer fora da lei. Significa que o princípio da Inquisição é sanguinário, e a opinião que o homem possa ter sobre o papado é regulamentada e determinada por sua opinião sobre assassinato religioso”.

O papado infligia tortura excruciante e morte cruel a crentes fiéis. Era como os sofrimentos ocorridos no Velho Testamento: *“E outros experimentaram escárnios e açoites, e até cadeias e prisões. Foram apedrejados, serrados, tentados, mortos ao fio da espada; andaram vestidos de peles de ovelhas e de cabras, desamparados, aflitos e maltratados (dos quais o mundo não era digno)”*. Arthur Pink comenta: “Os papistas superaram os pagãos nisso: há testemunho dos seus cruéis massacres na França e noutros lugares: o Espírito Santo pôde muito bem representar a meretriz Babilônia como estando *‘embriagada do sangue dos santos’* (Apocalipse 17.6)... os mais sem misericórdia, sem consciência, cruéis e inveterados perseguidores do povo de Deus eram pessoa religiosas!”

### **As características da Reforma e do papado comparadas**

O período da Reforma foi cheio de figuras históricas e de uma enorme soma de debates teológicos. Contudo, em meio a todos os eventos e questões doutrinários, cinco princípios bíblicos foram aceitos pelos reformadores. Em todas as questões de fé e moral, a autoridade final é unicamente a Bíblia. Diante do santíssimo Deus, o indivíduo é salvo somente pela graça e pela fé somente. Seguindo-se a isso, toda a glória e todo o louvor são devidos unicamente a Deus.

Quanto a uma visão geral do caráter distintivo da história da Reforma, fazemos uma extensa citação:

“A Reforma Protestante possuía características definidas, muitas das quais distintas de qualquer outra revolução da história. Um dos traços distintivos foi sua abrangência territorial. Ela começou simultânea e independentemente em vários países europeus. Na ocasião em que Martinho Lutero afixava as suas noventa e cinco teses na porta da igreja de Wittenberg, em 1517, John Colet, deão da catedral de São Paulo, na Inglaterra, estava denunciando os abusos da Igreja Católica Romana e defendendo a supremacia da Bíblia como a regra de fé. Lefèvre na França e Zwinglio na Suíça estavam pregando ao mesmo tempo contra os males da igreja e apontando para Cristo como a porta da salvação. Embora Lutero seja chamado o originador da Reforma, outros reformadores descobriram e pregaram a mesma mensagem pregada por ele sem que tivessem conhecimento dela por meio dele.

“Houve, porém, um poder que trouxe à existência a Reforma e tornou possível o

seu progresso – e esse poder eram as Escrituras Sagradas. O Novo Testamento Grego preparado por Erasmo foi uma ajuda para os estudiosos de toda a Europa para o aprendizado do caminho da verdade e da vida. Depois que a Reforma se pôs a caminho, houve grande amizade e confraternização entre os reformadores. Havia freqüente intercâmbio de idéias, e a hospitalidade se estendia ampla e franca. Um dos traços surpreendentes da Reforma foi essa amplitude de contato e de cooperação entre os reformadores, quando se animavam uns aos outros em seus esforços. A Reforma espalhou-se com grande rapidez. Naturalmente, era necessário fazer consolidações, aperfeiçoamentos e ampliações. Mas continua sendo um dos mais espantosos eventos da história o fato de que essa tão tremenda revolução, em tão vasta escala, pôde ser executada em tão curto tempo, produzindo uma completa mudança no pensamento e nos hábitos.

“A Reforma Protestante começou realmente nas cidadelas do saber da Europa, suas universidades. Havia eruditos como Lutero, Melanchthon em Wittenberg; Erasmo, Colet e More em Oxford; Bilney, Latimer e Cartwright em Cambridge; e Lefèvre e Farel em Paris. Quase sem exceção, os líderes da Reforma eram homens altamente treinados naquela geração. Nalguns casos, como os de Beza e Tyndale, eles sobressaíram muito como homens de letras. Outros, como Cranmer e Valde [ou Valdo], tinham responsabilidades na corte...

“Por que será que isso foi tão necessário naquele tempo, quando noutras épocas homens de menores habilidades foram usados eficazmente para pregar o evangelho com poder? Pode-se dar ao menos duas respostas: Só as pessoas de alto nível educacional sabiam hebraico, latim e grego, o que era necessário para a leitura da Bíblia como esta existia então. Depois, também era essencial que a Bíblia fosse traduzida para o vernáculo de cada país, de modo que as pessoas comuns pudessem ter o privilégio de ler as Escrituras em sua própria língua. Essa tarefa exigia erudição.

“Toda a pregação de muitos homens tipo Lutero, Latimer, Zwínglio, Knox e Wishart não teria conseguido realizar a Reforma se, ao mesmo tempo não fosse providenciada a Bíblia no vernáculo para o povo comum. Se no momento em que Latimer estava pregando em Cambridge, não tivesse acontecido que Tyndale, que fugira para o continente, estivesse contrabandeando milhares de exemplares do Novo Testamento Inglês para que todo inglês pudesse ler o plano de salvação por si mesmo, não teria havido reforma alguma na Inglaterra. Uma situação parecida ocorria na Alemanha, na França e noutros países.

“É preciso combinar com estas duas fases a terceira indispensável – a invenção da imprensa, fato que possibilitou a publicação das traduções da Bíblia e trouxe o seu preço para o nível da bolsa do homem comum. Dentro do período de dez anos, muitas nações da Europa tinham recebido traduções da Bíblia em sua própria língua. Lutero a tinha traduzido para o alemão em 1522, Lefèvre para a França em 1523, Tyndale para a Inglaterra em 1525, Bruccioli para a Itália em 1532. Dentro dos próximos dez anos, Francisco Encinas traduzira a Bíblia para o espanhol e Petri para o sueco. Pouco depois Karoli, um dos mais ativos pregadores húngaros, tinha feito o mesmo na língua húngara. Outra notável característica dos reformadores era o acordo básico sobre doutrinas

importantes. O princípio sobre o qual todos os reformadores concordavam era a justificação pela fé. Eles criam que a salvação não é obtida por obras, jejum, dinheiro ou penitência, mas que é dom gratuito de Deus. Essa doutrina constituiu a pedra angular da Reforma. Havia acordo também sobre a autoridade suprema e suficiente das Escrituras, sobre a comunhão nas duas espécies, e na reprovação do culto aos santos, das imagens e das relíquias, do purgatório, da música, do celibato, e do papa como chefe da igreja....

“A Reforma propriamente dita, o rompimento com a autoridade católica romana, foi realizada num prazo relativamente curto; mas nem todos os ensinamentos papais foram liquidados abruptamente.... A Reforma foi um movimento totalmente abrangente e continuado de ação e reação, redundando em mais glória pelo acréscimo de mais luz. Foi um glorioso despertamento espiritual...”.

### **O papado nos tempos modernos**

O que parecia uma ferida mortal feita no poder papal teve lugar em 1798. Um general do exército de Napoleão entrou no Vaticano, removendo o papa Pio VI do seu trono. Com isso, o papado perdeu sua base como poder civil. A partir do ano de 1846, o papa Pio IX, não tendo poder territorial ou civil, procurou restabelecer o papado. Uma parte importante da sua estratégia foi realizada pela declaração da infalibilidade papal. Com extraordinária engenhosidade contra, não somente o absurdo da idéia, mas também a despeito do fato histórico da existência de papa heréticos, a infalibilidade foi feita um dogma de fé obrigatório no I Concílio do Vaticano, em 1870. Ademais, o papado foi restabelecido internamente pela reorganização da lei católica romana que redundou no *Código da Lei Canônica*, em 1917. Em 1929, quando Mussolini assinou o Tratado de Latrão, cedendo oficialmente o *Vaticanus Mons* (Monte do Vaticano) ao papa, a ferida que tinha sido infligida foi curada; o papado uma vez mais tornou-se um estado civil soberano. O acordo legal com Mussolini foi apenas o começo de muitas concordatas civis, sendo que uma das mais infames é a que foi feita entre Pio XII [Pacelli] e Adolf Hitler. Novamente o papado tinha consolidado o seu poder internamente pelo Código da Lei Canônica, em 1917, e exteriormente pelas concordatas legais com as diversas nações. Dessa forma, o Vaticano, com seus próprios cidadãos como parte de uma “quinta coluna” dentro das nações do mundo inteiro, e com seus acordos civis com as mesmas nações, tem uma corda dupla de poder. O indivíduo católico romano, temendo por sua salvação, e sob o peso de que a sua primeira lealdade é à “santa madre igreja”, é um instrumento maleável nas mãos do papado.

### **Crueldade moderna mediante guerras e intrigas**

Eis uma lista parcial de ditadores católicos romanos com os quais o Vaticano fez aliança no século vinte: Benito Mussolini, na Itália, de 1922 a 1943; com Adolf Hitler, na Alemanha, de 1933 a 1945; com Francisco Franco, na Espanha, 1936 a 1975; com Antônio Salazar, em Portugal, 1932 a 1968; com Engelbert Dollfuss e Kurt von Schuschnigg, na Áustria, 1932 a 1934; com Juan Perón, na Argentina, 1946 a 1955. Possivelmente a mais brutal e mais sanguinária de todas foi com Ante Pavelic, na Croácia, de 1941 a 1945.

## **O papado e a Alemanha de Hitler**

Adolf Hitler foi batizado na infância na Igreja Católica Romana, na Áustria. Quando rapaz, era comungante e foi coroinha. Permaneceu católico romano até ao dia do seu suicídio. Seus tratos com a Igreja Católica Romana mostram quão longe o Vaticano pode ir com os ditadores poderosos. A aliança funcionava de duas maneiras. Estabelecia mais profundamente o catolicismo romano na Alemanha, enquanto promovia os objetivos do movimento nazista. Sobre isso escreve John Robbins:

“O manancial e a fortaleza do movimento nazista na Alemanha era a Bavária, no sul da Alemanha, Alemanha católica romana, não protestante. Os católicos romanos alemães filiaram-se em massa ao Partido Nazista e apoiavam entusiasticamente o regime de Hitler. Mais da metade das tropas de Hitler eram compostas de católicos romanos. No auge do seu poder, em 1942, Hitler governava a maior população católica romana do mundo. Os católicos romanos estavam acostumados com um governo autoritário em sua vida religiosa, e isso os levava a apoiar governos civis autoritários também. Naturalmente, os católicos romanos leigos simplesmente seguiam o exemplo e as instruções dos seus líderes religiosos. Pio XI foi o primeiro chefe de estado a reconhecer o governo de Hitler, em 1933. Pio XI elogiou Hitler em público, antes mesmo de estender reconhecimento oficial ao regime de Hitler. Em 1933, Pio XI disse a Fritz von Papen, vice-chanceler de Hitler e, como este, católico romano, ‘quanto lhe agradava que o governo alemão tinha agora em sua chefia um homem incondicionalmente oposto ao comunismo...’. A encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, em 1931, não somente influenciou o *New Deal* [o Estado Novo, a Nova Ordem] de Roosevelt, mas também aparentemente persuadiu o chanceler alemão Franz von Papen a levar Hitler ao poder na Alemanha”.

Considerando o seu envolvimento com a Alemanha nazista e com outras nações, o Vaticano tem se recusado repetidamente a abrir os seus arquivos para os estudiosos. Não obstante, provas alheias aos arquivos do Vaticano mostram que o papado encorajou, apoiou, dando também a sua colaboração a eles nisso, tanto o regime de Mussolini como o de Hitler, como também o estabelecimento do seu próprio estado totalitário na Croácia durante a Segunda Guerra Mundial. O acordo legal do Vaticano com o nazismo da Alemanha e com o fascismo da Itália, da Espanha, de Portugal, da Grécia e da América Latina são conseqüências dos ensinamentos econômicos e sociais do papado, e dos acordos legais entre o Vaticano e essas nações. As cruzadas e os 605 anos de Inquisição pararam, mas o poder do papado de influenciar e de controlar governos, a vida social, econômica e política, e o destino dos povos, continua.

## **Poder mediante concordatas, leis, universidades, serviços de bem-estar e um concílio**

Jean-Guy Vaillancourt, professor associado de sociologia na Universidade de Montreal, escreveu um livro intitulado *Papal Power: A Study of Vatican Control over Lay Catholic Elites* [O Poder Papal: Um Estudo do Controle do Vaticano sobre as Elites Católicas Leigas]. Após uma perfunctória nota, feita de passagem, no sentido de que a queima de hereges pela Inquisição e as guerras santas dos cruzados foram “apenas mais duas formas extremas de coerção hierárquica durante o passado período feudal,” Vaillancourt faz algumas observações salientes:

“[Depois de 1789, quando a Igreja Católica Romana] já não podia usar o poder repressivo do estado, as autoridades da igreja se tornaram cada vez mais interessadas em usar o poder legal e ideológico do estado por meio de leis entesouradas nas concordatas, por meio da educação da mocidade em escolas e universidades, e por meio de serviços de bem-estar tais como hospitais e organizações de caridade. De fato, a igreja tornou-se crescentemente um aparelho ideológico que cumpria para o estado e para a classe governante as funções necessárias para seu próprio crescimento e reprodução.... Dentro da igreja, os bispos e os sacerdotes tornaram-se funcionários da organização central, com pouca liberdade individual deles próprios. Um laicato que se despertava foi feito um brinquedo dos frenéticos esforços feitos pelo papado para reter sua posição de poder absoluto na Europa, e especialmente na Itália”.

Apesar de o papado já não ter o poder militar com o qual impor a sua vontade, de modo nenhum renunciou ao seu controle da mente e do corpo dos homens, como mostra a lei católica. Para então reintroduzir a coerção de alguma consequência, é preciso primeiro, indispensavelmente, decretar lei absoluta dentro do sistema católico-romano. Segundo, é necessário enlaçar as autoridades civis de maneira tal que de novo sejam subservientes aos propósitos católicos.

A Igreja Católica Romana tornou visível essa importante mudança de tática em seu II Concílio Vaticano (1962-1965). Esse concílio mudou de uma separação das outras religiões para o seu novo programa de falso ecumenismo, não só com as religiões do mundo, mas, o que é mais importante, com os crentes na Bíblia em particular. “Irmãos separados”, foi a expressão cunhada para referir-se àqueles que anteriormente eram sempre considerados hereges (e que, apesar da nova terminologia, em seus livros continuam sendo hereges), enquanto que as religiões pagãs, o islamismo, o budismo e o hinduísmo, agora se tornaram para o papado caminhos aceitos para Deus. Esta nova abordagem foi estabelecida pela igreja romana para conquistar para si o mundo por muitas avenidas, uma importante delas sendo o diálogo, cujas regras e cuja meta ela expôs cuidadosamente, letra por letra, em seu Documento Posconciliar N°. 42 sobre o ecumenismo, que estabelece que, “diálogo não é um fim em si mesmo.... não é apenas uma discussão acadêmica”. Antes, “o diálogo ecumênico... presta-se para transformar modos de pensamento e de conduta, e a vida diária dessas comunidades [não católicas]. Dessa maneira, o diálogo **tem por objetivo preparar o caminho para a sua unidade de fé no seio de uma só igreja, e visível**”.

O papa João Paulo II consolidou os poderes ditatoriais a ele conferidos pelo *Código da Lei Canônica* de 1917 e por sua pretensa infalibilidade legada a ele pelo I Concílio do Vaticano. Ele fez isso revisando o *Código* de 1917, tornando-o mais conservador do que era. Também teve o cuidado de nomear novos cardeais e bispos alinhados com o seu modo centralizado de pensar.

Como outro papa, Gregório VII, o papa atual está determinado a construir, tanto pela lei da igreja como pela lei civil, a estrutura pela qual o papado possa voltar a brandir supremo poder e força entre as nações. Este mesmo papa João Paulo tem sido rígido em seus esforços para atualizar as leis da Igreja Católica Romana. Desde o tempo de Gregório

VII, o papado viu a necessidade de formular leis eclesiásticas férreas e inflexíveis, antes de tentar controlar tanto os seus súditos como os não católicos pela compulsão e coerção, se necessário. Em 1983, a revisão feita por João Paulo II do *Código da Lei Canônica* de 1917 imprimiu maior severidade às leis católicas romanas. Por exemplo, é decretado o seguinte: “A igreja tem o dever próprio e inato de coagir os membros [do corpo] de fiéis cristãos que a ofendam por meio de sanções penais”. Se alguém negar a submissão do seu intelecto e da sua vontade à doutrina do papa, há também novas penalidades decretadas. Estas estão marcadamente inseridas no Cânon # 1371m Parágrafo 1. “Os seguintes devem ser punidos com justa pena: 1. a. A pessoa que... ensinar uma doutrina condenada pelo pontífice romano...”. A Lei Canônica # 1312 esquematiza penas específicas que devem ser impostas, Parágrafo 2. “A lei pode estabelecer outras penas expiatórias que privem o crente de algum **bem temporal** e que seja coerente com a finalidade sobrenatural da igreja.” O caráter perversamente vingativo dessas leis contraria os repetidos mandamentos escriturísticos de que os líderes do corpo de Cristo não sejam despóticos como os governantes deste mundo. Não obstante, ainda hoje – como tem sido nos últimos 1400 anos – a lei, os decretos e a coerção católicos romanos invalidam a graça e o Evangelho.

### **O resultado e as lições**

Desde o seu princípio formal, com os decretos do imperador Justiniano I no século sexto, o papado cresceu enormemente, nação após nação, em riqueza e em influência política por meio de leis, intriga, engano e sacramentos. O papado sempre tentou cobrir-se com uma aparência de cristianismo, mas essa religião ritualista e pagã sempre reprimiu e perseguiu a verdadeira religiosidade e os verdadeiros crentes. A história do papado mostra inequivocamente que ele é uma estrutura de poder construída sobre uma autoridade espiritual e temporal, falsificações, artifícios astutos, perseguição, um falso evangelho, lei eclesiástica, poder civil e concordatas. Não obstante, na maior parte da sua história, o papado tem conseguido iludir milhões. Nos dias atuais o catolicismo romano continua a insistir em que o papado representa Deus, e o mundo, em sua maior parte, embora não necessariamente crendo nessa pretensão, certamente dá reconhecimento ao seu santuário e ao seu pontífice – porquanto o papado ainda é uma poderosa força com a qual os homens têm que lidar.

Jesus Cristo pôs abaixo a autoritária hierarquia dos fariseus e propiciou aos Seus discípulos uma relação imediata com a fonte divina da vida. Nas palavras da Escritura, os crentes são os “*eleitos segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e aspersão do sangue de Jesus Cristo*”, são “*santificados em Cristo Jesus*”, a “*assembléia e igreja dos primogênitos que estão inscritos nos céus*”. Todavia, o Vaticano apresenta a igreja como um imenso império hierárquico. Este consiste do papa, e dos cardeais, patriarcas, arcebispos principais, arcebispos, metropolitanos, arcebispos coadjutores, bispos diocesanos, bispos coadjutores, vigários episcopais, como também dos eparcas (bispos das igrejas orientais [eparquias, respectivas dioceses]), vigários apostólicos, prefeitos apostólicos, administradores apostólicos e vigários gerais. Os primeiros bispos de Roma estavam sujeitos aos imperadores romanos, e posteriormente a imperadores franceses e alemães. Contudo, o gosto pelo poder trouxe consigo a sua dependência viciosa, e com o tempo ela não pôde reconhecer nenhuma outra autoridade senão a sua própria. Ela ainda se vê como a senhora de todos, e atrevidamente proclama: “A primeira

Sé não é julgada por ninguém”. Cristo Jesus não sancionou nenhuma supremacia absoluta como essa fora de Si mesmo, e declarou solenemente: *“Em verdade vos digo que, se não vos converterdes e não vos fizerdes como meninos, de modo algum entrareis no reino dos céus”*. Disse Ele: *“O Filho do homem também não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate de muitos”*. Esse foi o preço exigido pelo Deus Santíssimo, a fim de que a Sua justiça fosse satisfeita no perdão dos pecados. Como fruto do Seu resgate perfeito, o crente é libertado do pecado e tem uma vida nova. O que caracteriza um crente verdadeiro é que ele descansa no Senhor; o desejo do seu coração é servir a Deus. Ele gosta de estar a sós com Deus e de conversar com Ele em oração. Os Salmos dão as palavras que estão em seu coração: *“Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei”*. O crente confia pessoalmente no Senhor como seu refúgio e fortaleza. Em total contraste com isso, a pessoa que depende de qualquer outra estrutura de poder para sua fé e segurança, só tem um refúgio de mentiras.

O que foi trágico na história do papado, e que continua sendo trágico hoje em dia, é que esse enorme sistema de poder tomou o lugar do evangelho. Por meio dessa imensa estrutura, homens têm imposto à consciência de outros homens os seus próprios decretos como divinos. A estrutura hierárquica substitui o contato direto com a fonte da vida em Cristo Jesus por um sistema sacramental sobre o qual ela exerce controle absoluto. A voz da Igreja de Roma é apresentada como a voz do próprio Deus, e, como tal, mantém influência e domínio sobre a mente, sobre a vontade e sobre a alma – pela tradição, e, quando necessário e possível, pela coerção.

O Evangelho revelado ensina que a salvação vem unicamente de Deus; é dom do céu; vem do único e exclusivo Governante Soberano. *“E o testemunho o é este: que Deus nos deu a vida eterna; e esta vida está em seu Filho”*. Cristo Jesus, o Filho, é a vida; a vida eterna é da Sua própria essência. Ele é a vida eterna para o crente verdadeiro, a quem Ele dá vida. A vida eterna e a salvação estão nele **somente**, e não em algum sistema. A diferença entre a clareza do evangelho e a estrutura hierárquica romana é a que existe entre a luz e as trevas. A questão chave com que você se defronta agora é esta: Onde está você, pessoalmente? Você pode declarar, de sua parte, com o apóstolo, *“Eu sei em quem tenho crido, e estou certo de que é poderoso para guardar o meu depósito até àquele dia”*? Os que confiam em Cristo Jesus sabem em quem confiam. A salvação da sua alma é entregue aos cuidados dele, e dele somente. Uma fé ativa e obediente em Jesus Cristo é o único seguro que guarda a pessoa todos os dias da sua vida, até o dia do acerto de contas final. *“A vós também, que noutra tempo éreis estranhos, e inimigos no entendimento pelas vossas obras más, agora contudo vos reconciliou no corpo da sua carne, pela morte, para perante ele vos apresentar santos, e irrepreensíveis, e inculpáveis, se, na verdade, permanecerdes fundados e firmes na fé, e não vos moverdes da esperança do evangelho que tendes ouvido...”*.

A lição que se aprende da história refere-se à natureza do papado e ao seu *modus operandi*. O mistério da injustiça do qual fala a Escritura não é a vida má dos ateus, mas, antes, é o mal da religião falsa. A Escritura revela tanto um “mistério da piedade” como um “mistério da injustiça”. As semelhanças entre ambos são instrutivas e assustadoras. Assim como o Senhor Deus envia Seus anjos para assinalarem ou selarem seus servos em suas testas, assim também há um outro ser que, por meio dos seus agentes, põe um sinal nas testas dos que lhe são devotados. Cristo Jesus realizou milagres, e assim há outro que

realiza falsos sinais. O Salvador está assentado num trono, com majestade, e, contudo, há também um trono de alguém que Lhe é oposto. Cristo Jesus tem Seu povo, Sua igreja; há contudo outro que também tem sua sinagoga e seus falsos mestres. Cristo Jesus é verdadeiramente a Luz do mundo; todavia, em oposição a Ele, há aquele que “se transfigura em anjo de luz”.

### **A característica chave do papado e a certeza dada em Cristo**

Incredulidade deliberada é a recusa do homem a submeter-se à justiça de Deus e à Sua autoridade. Muitas vezes o que se segue é o estabelecimento de uma religião que tem seu próprios meios de salvação. A importância que o Vaticano atribui a si próprio é proverbial. Ele tenta estabelecer sua justiça própria pela invenção da importância dos méritos, das indulgências, do purgatório e da observância dos seus sacramentos. A loucura disso é que Cristo Jesus veio e introduziu uma justiça eterna. Ele e o objeto da fé, e os Seus seguidores pertencem à comunhão dos crentes, que constituem Sua igreja. Nenhuma assembléia dos crentes pode substituir o Senhor, e nenhum grupo de crentes pode assumir para si a autoridade dele. Na história, essa substituição tentada tem sido o fator chave da vida do catolicismo romano e da sua hierarquia. Foi justamente essa mesma questão que privou os fariseus e seus seguidores do caminho da salvação, *“porquanto, não conhecendo a justiça de Deus, e procurando estabelecer a sua própria justiça, não se sujeitaram à justiça de Deus”*. Isso o apóstolo chama de busca da justiça *“como que pelas obras da lei”*, não diretamente, mas “como que” pelas obras da lei, substituindo uma coisa por outra.

Como criaturas humanas, cada um de nós tem um fim sobrenatural e eterno. Portanto, somos obrigados a responder ao Senhor Deus com a total obediência que Ele requer. Depressa descobrimos, porém, que todos os nossos esforços para realizar obediência perfeita são infrutíferos, e que por nós mesmos é-nos impossível satisfazer aos padrões da perfeição divina. Esta justiça acha-se unicamente em Cristo, o Senhor, que, nas palavras do apóstolo, *“para nós foi feito por Deus sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção”*, Cristo Jesus, o Senhor, satisfaz totalmente à justiça de Deus para que nos tornássemos participantes da justiça pela fé, pois [Deus] *“o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus”*. É insuficiente não sermos culpados; também é preciso que sejamos de fato justos aos olhos de Deus. Não somente todo pecado precisa ser perdoado, mas toda a justiça tem que ser cumprida. Toda a perfeição que Deus exige de nós acha-se nele, em quem confiamos. A obediência real, que Cristo viveu guardando toda a lei de Deus, é a justiça pela qual somos salvos. Se você estiver nele, não tendo a sua própria justiça, mas, antes, tendo a justiça que é de Deus pela fé, então verdadeiramente a sua vida está escondida com Cristo em Deus, e, quando Cristo se manifestar, você também se manifestará com Ele em glória.

Visto que Cristo Jesus era Deus e homem, Sua excelência transcendental é tal que ela tanto cobre os pecados dos crentes como lhes outorga a Sua justiça. Essa intimidante qualidade de perfeição é um fim próprio para este artigo, registrando em forma de crônica as trevas da história papal, porque pelo evangelho ela nos leva de volta à verdadeira fé salvadora dos primeiros cristãos da cidade de Roma. É desejo do meu coração, em oração diante do Senhor, que, não somente muitas preciosas pessoas católicas romanas cheguem

a esta verdadeira fé no Senhor, mas também que, mesmo na cidade de Roma, haja novamente muitos que se constituam apto testemunho do Senhor em Seu evangelho da graça.

Tradução de Odayr Olivetti

Richard Bennett, do “Berean Beacon” WebPage:

[www.bereanbeacon.org](http://www.bereanbeacon.org)

Permissão é dada pelo Autor para que se copie este artigo, se a cópia for feita em sua inteireza e sem nenhuma mudança.

Posterior permissão também é dada para divulgação deste artigo, em sua inteireza, nas WebPages da Internet.